



Camponês



Protegendo os grandes agricultores fascistas em prejuízo da grande massa de rendeiros e pequenos e médios proprietários, o fascismo age contra os interesses da economia nacional, impede o seu desenvolvimento e sacrifica assim os interesses do país aos interesses dum punhado de exploradores semi-patrias. O fascismo é inimigo do progresso nacional.

De «O Caminho Para o Derrubamento do Fascismo»

Órgão de Unidade das Camponesas

consolidemos as vitórias alcançadas

As grandes jornadas democráticas que rodearam o acto eleitoral de 13 de Fevereiro marcam uma gloriosa vitória das forças democráticas e uma tremenda derrota para o salazarismo. Foi por estar certo da derrota que o fascismo negou a oposição a satisfação das suas reivindicações mínimas, e foi porque necessitava realizar a sua manobra eleitoral que ele se esforçou até à última hora, por levar as suas «eleições burla» o candidato da oposição. Porém a nobre atitude do general Norton de Matos desfez todas as manobras do salazarismo e dos seus aliados oportunistas que tudo fizeram para caçar na armadilha eleitoral os democratas portugueses.

«O CAMPONÊS», órgão da unidade dos camponeses e seu porta-voz de combate contra a miséria e a opressão salazaristas, saída das suas colunas o honrado democrata que soube escutar a voz do povo e repudiou as manobras e compromissos com o salazarismo e os seus agentes, e desta forma manter intacto o seu prestigio de candidato do povo português.

Na verdade a forma como decorreu a eleição-burla de Carmo e a descarada falsificação do resultado — que já estava há muito tempo «cosinhado» nos gabinetes da União Nacional — vieram dar plena razão aqueles que afirmavam que, sem as condições mínimas e sem reais garantias dadas à oposição, a concorrência às eleições significaria condenar à derrota as forças democráticas. Foi debaixo do terror, da intimidação e da burla que o salazarismo realizou as «suas» eleições. As eleições-burla de 13 de Fevereiro comprovaram mais uma vez como o salazarismo é um bando de traidores isolados da nação e mostraram como estão fortes e maduras as forças democráticas do nosso país. O terror, a intimidação e a burla longe de mostrarem a força do salazarismo puzeram antes a nu a sua fraqueza. Obtivemos grandes vitórias, e o nosso dever — o dever de todos os democratas portugueses — é consolidar as posições que conquistámos e donde em breve partiremos para novas ofensivas. Devemos ter confiança nas nossas forças e na justiça da nossa causa, e sacudir todo o páncro das nossas fileiras. Criámos uma grande organização nacional que deu as suas provas na mobilização de milhares de portugueses. A mesma coragem e a mesma força que tornaram as Comissões Eleitorais verdadeiros organismos de combate pela democracia é agora necessária para defendermos a continuidade do movimento democrático e arredarmos do nosso seio os oportunistas agentes do

salazarismo. Só a força das massas populares, só a estreita ligação das Comissões Eleitorais à grande massa dos democratas poderá assegurar eficazmente a sua defesa contra os ataques do salazarismo.

«O CAMPONÊS» orgulha-se de ter apelado para a formação de comissões eleitorais de camponeses e de ter salientado que sem a participação activa da ampla massa dos trabalhadores do campo não se podia falar em movimento democrático nacional. A luta dos camponeses ao lado dos seus irmãos da classe operária e das camadas progressivas do povo português ficará como um dos aspectos mais salientes do movimento da candidatura do general Norton de Matos e do amadurecimento político do nosso povo.

Ao mesmo tempo «O CAMPONÊS» saúda o Partido Comunista Português como o grande obreiro da vitória das forças democráticas e da sua unidade à volta do candidato. Mais uma vez o Partido Comunista se revelou como o partido da linha justa, como o partido dirigente da luta nacional para o derrubamento do fascismo.

Enquanto os grandes proprietários, protegidos pelo governo fascista, estendem as suas fortunas pelos casinos e prazos vivendo e gastando a larga sem preocupações e deixando incóltes milhares e milhares de meios de boa terra, de sementeira, as famílias camponesas, sem um punhado de terra, sofrem cada vez mais as consequências da fome, do desemprego e da exploração provocadas pelo salazarismo e pelos grandes agrários.

Os camponeses sabem muito bem que só pela sua luta é que conseguem fazer andar para trás os exploradores do seu suor e obrigar os poderes públicos a atenderem aos seus problemas. Assim, para desarmar completamente os grandes senhores e os seus protectores do governo, alguns deles grandes agrários também, os trabalhadores têm não somente de multiplicar as suas lutas mas aperfeiçoá-las e torná-las cada vez mais amplas.

Quanto maior for o número dos trabalhadores em luta, quanto mais forte for a sua unidade e quanto mais guerreiros e organizados forem os camponeses e as camponesas, mais facilmente os nossos inimigos cederão e mais rapidamente serão satisfeitas as nossas reivindicações. Da mesma maneira quanto melhor soubermos dar um balanço às nossas forças e escolher o momento mais oportuno e a forma mais indicada para lançar a ofensiva, maiores probabilidades teremos de assegurar a vitória.

Qual é neste momento a situação dos trabalhadores rurais? Neste momento os camponeses camponesas estão a braços com o desemprego em massa e os poucos que trabalham recebem jornadas de fome. Esta negra situação é agravada pelos altos preços dos géneros de primeira necessidade — subiu o preço do pão, o azeite começou a faltar e a ser lançado no «mercado negro» pelos grandes especuladores, apesar da grande produção do ano passado, e o preço das batatas vai amarinhando.

Além de tudo isto, a política ruinosa do governo salazarista atirou a la-

Democratizemos as Casas do Povo

Nas grandes e pequenas lutas camponesas contra a miséria e a exploração fascistas, as Casas do Povo têm jogado um importante papel. Já por diversas vezes nas colunas do nosso jornal e do «Avante» se tem salientado as razões da justa realização da Casa do Povo e aconselhado os camponeses e camponesas a lutarem para que as direcções destes organismos defendam de verdade os interesses dos trabalhadores. Mas, e principalmente na luta contra o desemprego que é a causa das Casas do Povo e, neste momento da maior importância, a Casa do Povo que se vão inscrever os camponeses e camponesas sem trabalho e a Casa do Povo que os distribui pelos lavradores da sua área e estabelece a jornada que vão ganhar. Todos os camponeses e camponesas não podem por este motivo ficar indiferentes à questão da direcção da Casa do Povo, se ou não se trata de uma direcção honesta. Alguns casos que se têm dado mostram-nos que quando a frente das Casas do Povo estão os agrários ou os seus lacaios estes procuram burlar os trabalhadores e servir os interesses dos exploradores. Está bem de ver que um grande agrário fascista como o Manuel Vieira Rosado, presidente da Casa do Povo de Montalto, não pode senão puxar a brasa à sua sardinha e prejudicar os trabalhadores. No último número de «O Camponês» citávamos o caso do lavrador fascista Custódio do Sobral, de Montemor, ter comprado o dirigente fascista da Casa do Povo, Camarate de Campos — que é por sua vez parente do grande agrário e deputado fascista dr. Camarate de Campos — e o fiscal Abeilha, por 100.000 e 50.000 — assim destes não lhe distribuem o número de desempregados que pelos estatutos da Casa do Povo lhe deviam ser distribuídos. Também neste número citávamos outros casos idênticos: são os agrários de Coruche que à porta fechada substituem a direcção antiga da Casa do Povo, que não se curvava a tudo o que eles queriam por outra lhes fizesse oferta; é a direcção da Casa do Povo de Aldeia Nova que manda vir a GNR de Moura para lançar contra os trabalhadores que apenas exigiam trabalho, e tantos e tantos outros por esse país fora que, como verdadeiros lacaios do salazarismo, trabalham contra os interesses dos trabalhadores. Assim, se queremos que as direcções das Casas do Povo sirvam os interesses dos que trabalham temos que por nestas mãos que não se curvem aos desejos do salazarismo e dos grandes agrários isto só será possível exigindo a democratização das Casas do Povo e a realização de Assembleias Gerais para a eleição livre das direcções.

Nestas Assembleias devemos apresentar listas de unidade camponesa, compostas de homens honrados que façam o direito pelo direito.

Ao mesmo tempo que fazemos concentrações nas Casas do Povo exigindo pão e trabalho devemos exigir também a demissão das direcções desonestas que trabalham contra nós. Sem estas condições nunca poderemos contar inteiramente com a boa vontade dos dirigentes das Casas do Povo para a solução dos nossos problemas, que, duma forma ou doutra, só podem ser resolvidos pela nossa luta unida e firme.

A nossa unidade que tem sido a razão das nossas vitórias, será também para arrolar as Casas do Povo os dirigentes locais do salazarismo.

CAMARADA CAMPONÊS: É preciso inscreveres-te no RECENSEAMENTO ELEITORAL até ao dia 15 de Março!
Vai já hoje — Inscreve-te e exige o teu certificado de eleitor!

INTENSIFIQUEMOS A NOSSA LUTA

voura nacional para uma tremenda crise, cujas consequências o fascismo e os latifundiários querem lançar para cima dos pequenos proprietários, rendeiros e acariños, e, muito principalmente, para cima dos ombros dos trabalhadores e das suas famílias.

O governo de Salazar e os grandes senhores da terra têm interesse em manter sem trabalho uma grande parte dos camponeses porque assim poderão baixar a jornada dos que trabalham e mantê-los na ameaça constante do desemprego. Nestas condições a palavra de ordem que deve inscrever-se na bandeira de luta das massas camponesas deve ser: «PÃO E TRABALHO E UMA JORNADA SUFICIENTE».

A luta contra o desemprego e por jornadas mais altas é uma luta que interessa a todos os camponeses e camponesas e não pode ser separada.

Em muitas localidades, campos e herdades, os trabalhadores têm-se levantado e feito grandes concentrações nas Casas do Povo, juntas e câmaras, nos postos da GNR e nos Governos Cívicos e têm obrigado o fascismo e os grandes agrários, contra a sua vontade, a abrir trabalhos para os desempregados e a pagar em jornadas mais altas do que eles querem pagar. As medidas que o governo fascista e os grandes lavradores foram obrigados a realizar pela luta dos camponeses aliviaram um pouco a fome das famílias camponesas mas não resolveram a situação a contento dos trabalhadores. Isto mostra-nos, que apesar dos êxitos dessas lutas, elas não foram ainda bastante fortes para obrigar o salazarismo e os grandes senhores da terra a tomar medidas mais profundas que acabem com a fome dos nossos lares e com o desemprego nos campos. Isto mostra-nos também, que as nossas lutas têm que ser mais amplas e potentes e melhor organizadas, e que a esta tarefa, todos os camponeses e camponesas temos de meter ombros. O que é preciso então fazer?

Em primeiro lugar é preciso ampliar as lutas em cada aldeia, em cada mon-

ta» ou herdade, e multiplicar as concentrações nas Casas do Povo, nas juntas e câmaras, nos postos da GNR e nos Governos Cívicos.

Em segundo lugar que se constituam comissões de unidade camponesa que a frente dos seus camadas e solidamente apoiadas por eles, apresentem às autoridades as reivindicações dos trabalhadores.

Em terceiro lugar que se unifique a luta, não só a base local mas das várias localidades — que os trabalhadores de uma terra se entendam com os das outras e, todos juntos, acompanhados das suas mulheres e filhos, organizem marchas de fome e se dirijam às sedes do concelho ou do distrito exigindo das autoridades e dos Grêmios da Lavoura, medidas imediatas para resolver a sua situação.

As lutas que em várias localidades têm sido levadas a cabo pelos camponeses e camponesas, mostram que há condições para dar um passo em frente na unificação das lutas camponesas e estender a regiões cada vez mais vastas a luta contra a fome, o desemprego e a exploração.

Se nos deixarmos ficar em jornadas de 15, 16 ou 18.000, mais fácil será depois ao fascismo e aos grandes agrários impedirem a subida das jornadas e travarem a nossa luta.

Adiante pois por lutas mais amplas, mais unidas e melhor organizadas!

Adiante na luta por «PÃO E TRABALHO E UMA JORNADA SUFICIENTE»!

Que os grandes lavradores e o salazarismo paguem as consequências da crise que só eles provocaram e só a eles aproveita!

MAIS LUTAS E MAIS VITÓRIAS

Campanha dos
5 CONTOS

Os camponeses sabem já, pela dura experiência da sua vida que do governo salazarista e dos grandes agrários nada podem esperar senão a miséria, a exploração e a burla.

As mais pequenas regalias dos trabalhadores rurais nunca foram satisfeitas pela boa vontade do governo ou dos grandes lavradores mas arrancadas pela unidade dos camponeses, pela sua firmeza — Pela Sua Luta!

Só a luta obrigará os exploradores fascistas a ceder às reivindicações dos trabalhadores que querem pão e trabalho e uma vida digna para si e para os seus.

Só a luta unida, firme e organizada dos camponeses fará pagar as crises da lavoura aqueles que as provocam — o governo salazarista e os grandes senhores da terra — e arredar dos lares camponeses o espectro da fome e do desemprego.

O caminho da luta é um caminho áspero e difícil, mas os camponeses aprenderam a trilhá-lo e sabem que só marchando por ele ao lado de todo o povo lutador de Portugal sacudirão da nossa terra, a opressão, a miséria e a exploração salazaristas.

Assim fizeram os camponeses de MONTICITO (Redondo), que cheios de fome e sem trabalho resolveram lutar contra tal situação. No dia 22 de Dezembro mais de 150 camponeses desempregados concentraram-se na Casa do Povo e exigiram que o presidente, tal como mandam os Estatutos da Casa do Povo, tomasse providências. Sem receio das ameaças daquele dirigente fascista que nada resolveu, ali mesmo os camponeses elegeram a sua Comissão de Unidade e com ela à frente dirigiram-se ao posto da GNR para que o comandante pedisse providências ao L.N.T. de Évora. Este juntamente com a Comissão elaborou uma exposição que enviou para Évora. Passados dias como a situação não melhorasse os camponeses voltaram a concentrar-se com a sua Comissão na Casa do Povo, fizeram um abaixo assinado com 200 nomes de desempregados e obrigaram o presidente a colocar na representação o carimbo da Casa do Povo. Unidos desta a comissão deslocou-se a Évora e apresentou-se ao delegado do L.N.T. que depois de ouvir as reclamações dos camponeses disse que só podia dar trabalho a 40 e somente daí a 8 dias. Em vez de aceitarem a solução que deixava sem emprego 160 homens, a comissão decidiu avistar-se com o governador civil e expor-lhe a sua situação. Este grande lavrador fascista deu aos 5 camponeses da comissão 100000 para aporcarem e prometeu dar providências.

Mais uma vez esperaram em vão os camponeses de Monticito, e como a fome era muita um rancho de 20 camponeses foram pedir de porta em porta. Durante a noite a GNR prendeu 3 mas foi obrigada a soltá-los no dia seguinte. Foi só então que os camponeses souberam que o Presidente da Casa do Povo, o grande agrário fascista Manuel Luiz Vieira Rosado, tinha fechado na gaveta um ofício que o governador civil mandou a Casa do Povo para que se distribuissem todos os desempregados pelos lavradores. Obrigado pelos trabalhadores, o presidente fascista teve que dar andamento e todos arranjarão trabalho.

Também no dia 5 de Janeiro os camponeses de GRÂNDOLA criaram uma Comissão de Unidade que foi à Casa do Povo avistar-se com a direcção e pedir trabalho. O continuo que é um laço do fascismo, ficou de avisar a direcção para o dia 12. A comissão compareceu no dia combinado mas o continuo laço desmentiu que nada tinha sido combinado e que era por isso que a direcção não estava na Casa do Povo. A comissão resolveu dirigir-se imediatamente à Câmara onde se avistou com o secretário e onde o continuo apertado pelos trabalhadores confessou que ele é que não tinha querido avisar a direcção. Na residência do presidente da Casa do

Povo este recebeu a comissão com muito boas promessas mas como os trabalhadores queriam trabalho e não promessas aquele dirigente fascista apesar das ameaças aos camponeses teve que dar providências à situação.

Os camponeses de Coruche conseguiram durante todo o ano de 1948, através da sua Comissão de Praca uma jorna a variar entre os 18500 e os 22500. Os grandes agrários que não queriam pagar aos trabalhadores aquela jorna mas sim uma de 15500 organizaram na Casa do Povo uma Comissão Arbitral composta de laços seus que estabeleceu a jorna por eles desejada. A partir de então os lavradores deixaram de contratar os trabalhadores na Praça e esperavam que a Casa do Povo lhes distribuisse para lhes imporem a jorna de 15500. Os camponeses sentindo-se expoliados passaram então a dar o menos rendimento possível, até que a crise veio lançar no desemprego as famílias camponesas. Durante o mês de Janeiro os camponeses fizeram concentrações sucessivas na Casa do Povo e obrigaram a direcção a distribuir os desempregados pelos grandes lavradores. Estes, furiosos, fizeram uma reunião à porta-fechada na Casa do Povo demitiram a direcção e puseram outra em seu lugar composta de reaccionários laços. Os camponeses de Coruche que souberam lutar contra a exploração e o desemprego, não concentrarão nesta manobra dos lavradores fascistas, e exigirão a eleição de uma direcção honesta que saiba defender os seus interesses.

Também os camponeses de ALDEIA NOVA, decidiram unir-se e reclamar trabalho. No dia 31 de Janeiro a direcção da Casa do Povo nomeou 50 homens para trabalharem nas estradas. Porém, MAIS de 150 camponeses concentraram-se na Casa do Povo exigindo trabalho para todos e não só para 50. Apavorados os dirigentes da

Casa do Povo chamaram a força da G.N.R. de Moura, que sob o comando de um tenente quiseram intimidar com ameaças os valentes trabalhadores. Mas estes sem receio, das forças da G.N.R. continuaram concentrados na Casa do Povo e só arredaram pé quando todos os desempregados foram distribuídos.

Da mesma forma 70 trabalhadores de VALE DE VARGO, fizeram uma concentração na Casa do Presidente da Junta e conseguiram trabalho numa estrada, assim como 50 camponeses de PIAS que se concentraram na Casa do Povo.

Em BENAVIDA (Avis) 50 camponeses desempregados concentraram-se na Casa do Povo e exigiram providências. Como esta nada resolveu os camponeses avisaram-se com o administrador do Concelho de Avis a quem expuseram a sua situação. Os camponeses de Benavida não souberam exigir trabalho para todos pois só 30 foram distribuídos. Contudo continuaram lutando, exigindo uma jorna de 16300 na Herdade da Fundação Agrícola Abreu Calado e na estrada para onde alguns foram distribuídos, exigiram ferramentas o que conseguiram, contra o que era costume até aí.

E é assim pela unidade e pela luta que, por toda a parte, do Ribatejo ao Alentejo, os camponeses vão obrigando o salazarismo e os agrários a atender as suas reivindicações e vêem atenuar-se a exploração e a fome nos seus lares.

Camaradas camponeses e camponesas! Todos unidos os trabalhadores têm muita força! É necessário fazer concentrações cada vez maiores nas Casas do Povo, nas Juntas e Câmaras e exigir pão e trabalho para todos os desempregados. Só em acções cada vez mais fortes e combinadas os camponeses verão afastar-se o desemprego e obrigarão o salazarismo a tomar medidas para aliviar a sua situação.

Quem são os responsáveis da crise da lavoura

Está a lavoura nacional neste momento a braços com uma profunda crise. Sucederam-se as execuções do fisco à porta dos tribunais, as pequenas propriedades e courelas, crivadas de hipotecas, passam das mãos dos seus modestos proprietários para as dos grandes agrários e dos agiotas, enquanto os pequenos rendeiros e seareiros são obrigados a deixar as terras que tanto valorizaram com o seu suor, abandonam os cultivos e vêem-se obrigados a oferecerem-se como jornaleiros aos grandes lavradores.

Ao mesmo tempo, nos lares camponeses a fome e o desemprego assentaram arraiais e as famílias dos trabalhadores juntam-se em ranchos, como em Monticito, e andam à esmola de porta em porta.

Quem tem a culpa desta situação? Quem são os responsáveis da fome e da miséria dos campos?

Os grandes causadores da crise são o salazarismo e os grandes latifundiários.

O governo de Salazar para travar a luta dos trabalhadores da cidade e do campo pelo aumento de salários e para comprar a protecção dos seus patrões ingleses e americanos, impôs preços de ruína para os produtos da lavoura, colocou debaixo do controle dos Gremios e Juntas toda a produção e distribuição dos produtos agrícolas e aboliu de par em par as portas do país ao trigo, à carne e às batatas do estrangeiro.

Da mesma maneira, os grandes agrários que mantêm incultas ou em pouso a maior parte das suas terras, que reforçam a usura sobre os pequenos e médios rendeiros e seareiros e pagam jornas de fome aos camponeses, têm de ser colocados ao lado do governo salazarista como grandes responsáveis

pela situação de ruína e de miséria em que se debate a lavoura nacional.

O que se passa, por exemplo, com a questão do trigo, mostram como na realidade assim é.

O trigo, nas actuais condições da agricultura nacional desempenha um papel de destaque na nossa economia agrícola e mesmo em toda a economia nacional, dada a sua importância na alimentação do povo. A protecção à cultura trigueira deveria ser portanto, uma preocupação de qualquer governo que levasse em linha de conta a defesa dos verdadeiros interesses nacionais. Mas o governo de Salazar é o governo dos grandes agrários e capitalistas e só tem em conta os interesses da sua camarilha contra os da maioria esmagadora da nação. Com a condescendência dos grandes agrários o salazarismo estabeleceu um baixo preço para o trigo e permitiu que aqueles cobrassem as rendas dos pequenos e médios rendeiros e seareiros não sob o preço-base como seria justo, mas sobre o conjunto do preço base e do bônus de cultura. Desta maneira o subsídio de cultura que o governo afirma demagogicamente ser uma ajuda ao produtor directo — estão neste caso os pequenos e médios rendeiros e seareiros — entra na sua quase totalidade, na algebeira dos grandes latifundiários. Arruinados pelas secas e pelas dívidas os pequenos e médios proprietários e rendeiros tiveram de recorrer aos empréstimos de sementeira, confiando nas garantias dadas pelo salazarismo de se estabelecer um preço compensador para o trigo com o qual pagariam as suas dívidas, manteriam uma vida decente às suas famílias, pagariam aos homens uma jorna suficiente e poderiam fazer face aos encargos das novas sementeiras. Na verdade o baixo preço estabelecido para o trigo por Salazar

Camponês 2400; Unidade camponesa 5000; Ao Campo impresso 17500; Camponeses revoltados 5000; Bela Rocha 25000; V. Marcham 4900; Unidos pela liberdade 15000; total 74400.

Camaradas camponeses e camponesas! O nosso jornal só com grandes dificuldades se pode manter. Para que «O Camponês» possa aparecer com regularidade temos de cobrir depressa a campanha de 5 contos. A fome e o desemprego impedem que as camaradas camponesas tirem do seu bolso — à sua barriga — os fundos para o seu jornal. É preciso deltar a mão a outras iniciativas. Alguns exemplos mostram como se poderá rapidamente arranjar dinheiro para «O Camponês»: num local um grupo de camaradas decidiu fazer uma caçada sendo o seu produto para o nosso jornal; noutro, tres camaradas camponesas fizeram umas rendas e peugas e mandaram-nos o produto da sua venda, e noutro ainda, um camarada ceiteiro fez mais dois cestos cujo produto nos enviou. Para a frente na rápida conclusão da campanha de 5 contos. Formal em toda a parte «GRUPOS DE AMIGOS DE O CAMPO»!

IMPrensa

Clandestina

O «Avante» órgão central do Partido Comunista, no seu nº 131, publica um manifesto que aconselha os democratas portugueses a não votarem se as condições mínimas exigidas pelo candidato da oposição e pelas forças democráticas não forem concedidas pelo salazarismo. O Partido Comunista, que já antes tinha publicado um importante folheto em que apontava o caminho justo da luta pela candidatura do general Norton de Matos, fez sair no dia 6 de Fevereiro um novo manifesto em que spela para que ninguém vá às eleições dada a recusa do governo em dar as condições mínimas. Os artigos do «Avante» e as outras publicações do Partido Comunista foram uma grande contribuição para o esclarecimento das massas populares e para a grande vitória alcançada com a desistência do candidato da oposição. Ler e difundir a Imprensa do Partido Comunista é um dever de todos os camaradas camponeses e camponesas.

veio encravar mais ainda as pequenas economias camponesas e criou esta desgraçada situação: a pequena e média lavoura não consegue realizar a importância para a liquidação dos empréstimos de sementeira e, com o corte total de créditos aos pequenos e médios proprietários rendeiros e seareiros, estes não têm outro recurso senão vender as suas terras no desbarato ou entregar-las aos usuários e abandonar os cultivos.

Enquanto o trigo é pago à lavoura nacional ao preço de 2450 o quillo incluindo o bônus de cultivo o salazarismo continua a importar da América grandes quantidades ao preço de 4900 incluindo o frete. Quer dizer, aquilo que o governo recusa à lavoura nacional, que paga ao Estado pesadas contribuições, vai metê-lo na algebeira dos grandes exportadores norte-americanos. Além de tudo isto, e para compensar os grandes agrários do baixo preço do trigo o salazarismo deu aqueles carta branca para aumentarem o preço da aveia e da cevada e então assistiu-se a esta coisa nunca vista: o preço da aveia e da cevada ultrapassou o do trigo o veio agravar outros problemas — o da criação de gados e o consequente abastecimento de carne à população. Estas são as verdadeiras causas da crise trigueira — cultura — chave da economia agrícola do país. Se os pequenos e médios proprietários, rendeiros e seareiros não se unirem todos e não fincarem o pé às exigências do salazarismo e à exploração dos grandes agrários, fazendo causa comum com a grande massa dos camponeses, que pedem PÃO E TRABALHO E UMA JORNA SUFICIENTE as consequências da crise cairão sobre os seus ombros e não sobre o salazarismo e os grandes agrários que a provocaram.